

CASA DE RUY BARBOSA
Nº

"O D I A"

7 de Março de 1901

A PEDIDOS

Fausto Cardoso e "A Imprensa"

Prossigamos.

Que se insirira, na coluna que, n' A Imprensa, se me reservara aos escritos, o artigo sobre a reforma do ensino superior, nas vésperas, aí, combatida por mim, e, antes em outro lugar, pela redacção, - para se me alijar, desgostando-me, readquirir-se a confiança perdida, do Sr. Rui Barbosa, dissipando-se-lhe a mágoa que lhe causaram os labaus atirados à obra de um amigo, e realcançar-se do governo, por uma nova temporização, favores estorvados pelo adversário que, de súbito, patrioticamente, fechara os olhos às exigências do balcão, esquecera as conveniências de empresa, partira o di que dos próprios interesses, para fazer chiar a sua indignação nos flancos do animal que nos desgoverna, - é evidente, atentas as considerações, que, ante-ontem, aqui se exararam. E as não poderão negar, salvo se, fazendo-o, publicarem desmentido do Sr. Salvador Santos. Mas, quem se não prestará a descer a intermediário de oposicionistas vilões, não se sujeitará, por certo, a cobrir com o seu nome a indignidade que repelira. Não o fará, juro.

Como, pois, continuar auxiliando um jornal, a pena que se invocara em nome do bem público e para pelo seu intermédio, se oferecer aos leitores uma escola de altas inspirações e sentimentos desinteressados?

2

Como?

E ainda me vêm dizer que, sob próprio teto os injuriei e lhes abusei da confiança!

Miseráveis!

Vou mostrar-lhes a mentira, a intriga, a infâmia. Vou demonstrar que falsas são as pessoas que me fizeram a censura, e falsíssima, esta.

Quem escreveu o primeiro artigo? Aquêles em que, após dizer-se que a outros jornais devia eu recorrer para o desfôro do meu ressentimento, da minha indignação ou da minha ira, se declara: "Entendeu, porém o nosso ex-colaborador que lhe era lícito servir-se dos nossos tipos, dos nossos prelos, dos nossos empregados, para nos injuriar das nossas próprias colunas; e fê-lo ocultando o seu jôgo, até ao último momento, ao secretário desta redacção, a quem, ainda em cima, argue de faminto solicitante do cargo, que aqui exerce, quando, pelo contrário, para êle foi por nós espontaneamente convidado". Quem escreveu isto?

Não se sabe, não se pode saber?

Não foi o Sr. Dermeval da Fonseca, porque êste se dá secretário da fôlha, e quem traçou tais linhas o chama nos termos que se seguem, à fala, para explicar o assombroso caso:

"Do mais, sem necessidade absolutamente nenhuma, de comentário nosso, julgará o público, inteirado, como pelo secretário desta redacção vai ficar, das circunstâncias que explicam essa publicação, nas nossas próprias colunas editoriais".

E êle o Sr. Dermeval, o secretário, vem em seguida explicando-o nas quarenta e poucas linhas seguintes. Não foi, portanto, o Sr. Dermeval, o secretário d'A Imprensa.

Seria a redacção?

Mas quais são os redatores?

Os únicos que se podem ataviar, ali com êsse nome, são os Srs. Pina e Anatólio: aquele, afastado por doente; êste, um belo rapaz, trabalhador, honesto, digno, que vive a um canto a esfarrapar à tesoura os jornais vespertinos para, diâriamente, encher o matutino que, assim, lhe absorve o tempo e não lhe paga o serviço. Não se podiam, por con-

sequência, antepôr ao secretário, na investida contra o bárbaro, que de lá saíra, não cuspiu nos pratos em que comera, no dizer da quadrinha do gordo, pesado e cansado Gavroche, mas partindo a louça suja, em que o queriam obrigar a comer.

Seriam os repórteres?

Não. A Imprensa só possui dois que costumavam se demorar pela redação: um, jovem, que não fala a ninguém, e outro, velho, que fala até aos espíritos, mas não se mete nas coisas do jornal: os Srs. Bandeira e Porterolli.

Não tomariam, em questão de tamanha monta, a frente ao secretário.

Quem, pois, escreveu aquelas frases?

O Sr. Rui Barbosa?

Impossível. Impossível, por várias razões. Impossível, porque, licenciado, abandonara a direção d'A Imprensa, declarando que nenhuma intervenção teria em seu destino, nenhuma responsabilidade lhe caberia pelo que ali se desse e se fizesse. E a sua volta ainda não anunciaram nem o seu, nem os outros diários.

E por ter feito e declarado isso, firmou, mesmo em sua coluna, a defesa que opôs aos ataques da "Brazilian Review". Impossível, porque não é dono dos tipos, dos prelos, nunca contratou, não paga o pessoal.

Não podia, pois, encher a boca com "os nossos tipos, nossos prelos, nossos empregados", falando d'A Imprensa. É estipendiado para escrever nela, como o são o Sr. Anatólio e o Sr. Pina, como eram os Srs. Luso, Itiberê, Piragibe, como o era eu, como o eram e são todos os que lá trabalham e dos quais só se distingue porque é chefe e ganha mais.

Isto, porém, lhe não tira o caráter de empregado.

E tanto é assim, que se ressentido e se recolhe quando lhe não dão, a tempo e a hora, os ordenados. E quem assim procede não é dono de tipos, de prelos, etc.

Impossível porque no corpo do artigo, se lhe traça um elogio, e o Sr. Rui não é, não pode, não deve ser homem para se louvar a si mesmo. Impossível, finalmente, porque, ali, se contém injúrias e ofen-

sas à minha pessoa, e S. Ex., achando-se como o declara, fora da folha, e não tendo, como disse publicamente, as responsabilidades do que ali, em sua ausência, se imprimisse, não desceria a ferir anonimamente a individualidade quase providencial que reage salutarmente contra a corrupção e insensibilidade moral da época, maxime num caso em que ela verberou a mentira, não condescendeu com a corrupção, denunciou a venalidade e arrostou com intrepidez todas as responsabilidades da verdade.

Não foi, não podia ser o Sr. Rui Barbosa.

Também o Sr. Brito não o foi. Este não empunha penas, devia pegar em dinheiros. E, não podendo ser gerente d'A Imprensa, fez-se rancheiro, e rancheirão que se arrancha, sem arranchar ninguém: pois, como bom amigo que é da folha, recebe (uma hipótese) seis, faz um passe, entrega quatro, e tenta, mas não consegue, escriturar nos livros os seis recebidos.

Não foi, pois, o Sr. Brito. Quem foi então?

Ali, nas condições em que se acha A Imprensa, somente um homem podia escrever tais palavras - o Sr. Ulisses Brandão, que é o dono dos tipos, dos prelos, e paga ao pessoal.

Ele, porém, retirou-se já, enojado, quando o Sr. Brito ali apareceu, levando em baixo do braço um embrulho desfalcado, que pretendeu impingir como completo, nos livros da casa.

Era-lhe difícil respirar e viver no mesmo ambiente, em que respiram e vivem os Dermevais e os Britos. Não escreveu, não escreveria tais palavras.

Quem as traçou portanto? Ninguém. Uma sombra.

Mas, dirão, a autoria do primeiro artigo desaparece, não há dúvida, numa sombra: porém, a do segundo vai decair no Sr. Dermeval da Fonseca, o secretário da folha.

Secretário, o Sr. Dermeval? Não.

Quem o designou para o cargo? Quem leu a comunicação que n'A Imprensa, se fez nesse sentido ao público? Qual o outro jornal que o noticiou? Quem viu o título de sua autoridade? Qual o poder de onde lhe emanaram as funções?

Não o apontarão. Não o dirão porque ninguém o designou, nin-

guém o chamou. A Imprensa nada disse. Os diários nada noticiaram. Não tem título que lhe dê autoridade, nem se pode dizer de onde lhe nascera esta, de que não poderia prescindir perante um corpo de redação, desde que prezasse o seu nome no jornalismo, e mormente encontrando o jornal (expressão do Sr. Dermeval) em estado de dismantêlo.

Entrou, apenas, silenciosa e sorrateiramente, pelo braço do Sr. Brito, que o chama de secretário e a quem êle, naturalmente, em recompensa, dá o nome de gerente.

O Sr. Dermeval poderá ser secretário de quem quer que seja: d'A Imprensa não o é.

O secretário, era, segundo me informaram, o sr. Henrique Stepple, que recebera a sua autoridade do Dr. Ulisses Brandão, proprietário da fôlha.

Mas, como já o disse, o Sr. Stepple saíra, quando o Sr. Dermeval entrára. E A Imprensa, que já não tinha propriamente redação, nem reportagem, nem administração, ficou também sem secretário.

Tudo se substituíra por dois especuladores, pequeninos de tamanho, cegos de espírito, vis de caráter, mas habilíssimos em engendrar expedientes, os quais ali vivem a devorar os restos apodrecidos daquele órgão de publicidade, como corvos sôbre o cadáver de uma alimária.

Qual, pois, a autoridade dos que censuram o ter-me servido dos tipos, dos prelos, do pessoal d'A Imprensa, para desmascarar miseráveis, que pretendiam à minha sombra, explorar o govêrno e o particular.

Mas, admitamos que, sem embargos de serem falsos, sejam verdadeiras as pessoas que me incriminaram o proceder, sejam exatas, justas as suas alegações. Admitamos e raciocinemos.

Isto, porém, amanhã.

Fausto Cardoso

P.S. O Sr. Brito veio ontem pela A Imprensa, e sustentou que já recebera, antes, os três contos que se distribuem aos jornais afeiçoados ao govêrno: e não negou que os houvesse solicitado, de novo como o afirmei e o Sr. Santos saberá conformar.

Que pequeno bandalho.

F.C.

"O D I A"

5 de Março de 1901

A PEDIDOS

Fausto Cardoso e "A Imprensa".

Fui escrever n' A Imprensa após enorme relutância. E fi-lo com sacrifício. Resolveram-me os termos do convite que me dirigiram e as solicitações de um amigo.

Dias depois de lá entrar, aparece, dizendo-se secretário da Folha, o Sr. Dermeval da Fonseca, conduzido pelo Sr. Brito, que se dizia e se dá gerente dela.

Ao sentar-se o novo secretário, o Sr. Henrique Stepple, um dos poucos redatores que existiam então, ergue-se e sai.

Indiferente a tudo aquilo, sem olhar, ao menos, o deserto que me cercava, sem me ocupar da desorganização que ali reinava, eu escrevia despreocupadamente, só atendendo aos deveres que me nasciam da consciência, e me encaminhava o raciocínio. Marcara-se-me aos artigos a coluna em que o público os lia, e, onde, quer antes, quer depois do editorial que me determinou a retirada, não se publicavam artigos de fundo, assinados ou não.

Pois, artigos desta natureza, n' A Imprensa, só os escrevia em primeira coluna, o Sr. Rui.

E eu os traçava no lugar que me designaram, como os traçaria em outro qualquer. O fato, porém, d'êles aí aparecerem diariamente,

a circunstância de lá os buscar o público que me lia faziam crer que aquilo que, com visos de artigo de fundo, aí aparecesse me sair da pena.

Assim é que mais de uma pessoa julgara meu o que, sob o título A reforma do ensino superior, se dera a lume.

Quem pode negar muita inteligência e muita penetração ao Senador Lauro Müller?

Pois bem. Ele acreditou, ficou certo, convencido, absolutamente convencido, de que essas palavras fossem escritas por mim. E a sugestão que lhe produziram um editorial naquela coluna, o hábito de só encontrar ali, escritos meus, o costume d' A Imprensa não dar seus senão na primeira coluna, levou-o a uma ilusão curiosa. Chegou a crer que ele estava por mim firmado.

E, no dia imediato, lendo o - Fiquem-se, admirou-se, como mo disse, que eu negasse a tal escrito a minha autoria, e foi verificar-se realmente, lá se não achava estampada a minha assinatura.

Mas porque, pela primeira vez, se lançava ali um artigo de fundo, em oposição às idéias que A Imprensa emitira anteriormente em outras colunas, e às que, nas vésperas eu vasára, modelando-as pêlo primitivo pensar da folha?

Foram vários os móveis. Neles se misturam e se confundem, como disse, a sua fé, a intriga, a adulação, a baixeza e, provavelmente, o interesse.

O artigo de 13 de fevereiro, que ontem transcrevi, condenando a reforma, verberando o governo e esfusando ironias sobre as críticas e protestos platônicos, escrevera-o o Sr. Dermeval, secretário do jornal e doutor em medicina. Publicado ele, o Sr. Rui Barbosa redator chefe em vilegiatura, manda ordens expressas para se não prosseguir em tal caminho.

O Sr. Dermeval larga a pena e engole as idéias que despejava.

Recebo, então, o protesto dos alunos da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Publico-o. No dia seguinte, apollo-lhes o modo de

sentir, bato palmas ao grito de dignidade que lhes irrompe dos corações nobres e não penetrados pela corrupção e pela mentira ambientes. Animo-lhes a rebeldia e o orgulho.

Não sei se o Sr. Rui Barbosa, que se se habituou a ver em tórno de si autômatos que lhe seguem o pensar, o sentir e o que - rer, como as sombras seguem os corpos, e a não admitir, por temperamento e auto-convicção, aliás justa, de genialidade, que outra classe de homens o cerque, que soldados de estôfo diferente façam parte do seu batalhão, se julgou ferido em seu orgulho e vaidade pelo meu proceder.

Sei que o Sr. Dermeval não só abandonou a estrada que prossegue contra a reforma, e voltando-se sobre os calcanhares, voltan do o nariz, onde até então, tinha as trazeiras, mascarou-se, pôs-se-me em frente, contrariando-me, contrariando-se, contrariando a folha que secretaria.

Por que? Para que?

Porque era preciso desgostar-me e fazer-me retirar do jornal. Para agradar ao Sr. Rui Barbosa a quem magoára a sua oposi - ção, e também ao govêrno, de quem se pretendia receber os três contos mensais, que se distribuem aos jornais afeiçoados, pelas transcrições encomiásticas que fazem.

Em que se fundam essas afirmações?

Ao penetrar o Sr. Dermeval os lumbrais d'A Imprensa, com - prendeu que lhe não era possível executar o plano que se lhe es - boçara no espírito. Tratava-se de um jornal sem direção, sem redatores, sem administração, desorganizado, arreventado, acéfalo. E o sr. Dermeval pensou e pensa empolgá-lo.

Para isto, era preciso recompor desde logo a redação com pessoal de sua confiança, substituir os raros repórteres que res - tam por outros à feição. E eu colocara na redação, contrariando - lhe, sem o saber, as pretensões, os Srs. Barreto e Álvaro de Albu - querque, o primeiro poeta e habilíssimo conteur e o segundo, moço que tem um curso de letras e já conhecedor do que é um jornal. Era preciso afastá-los.

E o sr. Dermeval, para conseguí-lo, não trepidou diante de cousa alguma. Ao primeiro, rasgava os trabalhos, e do segundo, que, já uma vez, se retirara da chefia da revisão d'A Imprensa, somente para ser solidário com o filho do mesmo Sr. Dermeval, o qual era na quela secção empregado e fôra, a seu julzo, injustamente despedido; do segundo, dizíamos, que assim procedeu com seu filho, dizia êle que não entendia do serviço, e lhe não dava o mais simples traba - lho. Mas era inútil: eu lá estava para lhe impedir a execução da indigna obra.

Vem-lhe, então, ao espírito, ridículo e pequenino como o seu corpo, a idéia do editorial a que deram publicidade nas colunas em que eu escrevia. Êle sabia que o instrumento providencial, de que falara o seu atual chefe, não furtaria o corpo à vaga. Sabia e não se iludiu.

- E' um golpe mestre, pensara consigo o venenoso verme, po - nho fora o Fausto e os seus amigos, reconquisto o Rui e, livre da queles e com a confiança dêste, empolgo essa joça... E, quem sabe? apanham-se os três contos mensais do govêrno, que pedi e não nos deram porque a folha é de oposição...

Foi, pelo menos, o que me disse o Sr. Brito, o mesmo que conduziu o Dr. Dermeval à redação, o mesmo que hoje se apresenta como gerente d'A Imprensa, ou melhor, o rancheiro, porque gerente houve ali, hoje não há nada.

- Mandei, disse-me êle, falar hoje, pelo Dermeval, ao Santos d'A Notícia, pedindo-lhe que nos obtenha também os três contos men - sais que os outros jornais têm. Que diabo! (são palavras dêle), dão a todos, já nos deram, podem dar agora. Mas o Salvador negou - se a pedi-los ao Murtinho para um jornal que tanto o ataca. Mas não de vir. Hei de falar eu mesmo com o Murtinho e obtê-los-ei. Continuaremos em oposição, mas poupar-se-á mais... Não se fala em Fredegondas...

O Sr. Brito pode, hoje, negar isto, mas afirmou-mo. E' fato.

Mas, porventura, eu, quaisquer que fôssem os interesses, e fôssem quais fôssem as pessoas que êles visassem, eu me desviaria

um ponto sequer da minha linha?

Não. No outro dia, carreguei mais a mão no Sr. Murtinho e não Fredegondas.

Mais tarde apareceu o artigo verberando o procedimento dos estudantes, defendendo o govêrno, contradizendo o 13 de fevereiro, e contrariando-me na coluna em que eu escrevia.

No dia seguinte publiquei o Fiquem-se...

Era a única resposta que devia dar aquêle que, pêla sua franqueza, pêla sua coragem, pêla sua virilidade, pêlo seu patriotismo, se revela uma dessas individualidades quase providenciais, para a iniciativa das reações salutaras, nas épocas de cobardia e insensibilidade moral e quando a generalidade dos homens condescende com a corrupção e foge das boas causas abandonadas, sendo uma das raras almas, com a intrepidez necessária para arrostar todas as responsabilidades da verdade.

Mas como conseguir publicá-lo?

Dí-lo-ei amanhã.

Fausto Cardoso.

UMA DE RUY BARBOSA
Nº

"O D I A"

14 de Março de 1901

A PEDIDOS

A Imprensa e o seu colaborador.

Foi uma, ou foram duas, as penas que n'A Imprensa de ontem, se explicaram e esclareceram o público a respeito da minha retirada?

Não sei. A julgar pelo tipo, em que se imprimiram os dizeres subordinados à epígrafe - A Imprensa, não erraria quem daí concluísse, a dualidade do pensamento, que, supondo sombrear-me o proceder, se propuzera a salvar os créditos da "fôlha que tem por si as tradições desta e à sua frente o nome do Sr. Rui Barbosa".

E! que o trecho se apresenta em elzevir, e, ali, neste corpo, só se grafam as palavras saídas da luminosa pena do "conselheiro", como lá se dís, quando alguém se refere ao eminente redator-chefe do jornal.

Não se enganaria, pois, quem, por êsse lado, tal acreditasse. Falta, porém, um outro elemento, para, com acêrto, se lhe derivar a intervenção "no caso que assombrou esta cidade". O escurso explicativo não veio na primeira coluna, o santuário que só êle e o telégrafo penetram para falar, escrever e dizer ao mundo as coisas.

E isso, aliado ao fato de no artigo alegar-se "as tradições do nome do Sr. Rui Barbosa", como circunstância que põe a fôlha a

cavaleiro "da imputação" que lhe fôra "assacada de almejar subsídios", desnorteia completamente o espírito que busca a solução do problema, a decifração do enigma. Porque a nenhum juízo se ensinuará crença de elogiar-se pela própria pena quem do elogio universal é alvo; quem à nação e ao mundo conquistou admiração e preito que, em fervidos entusiasmos, um e outro confessam orgulhosos.

Não se lhe pode, portanto precisar a autoria.

E, na dificuldade de chegar à conclusão, de que me aproximam os atavios de elzevir, e de que me afastam o silêncio da primeira coluna e a idéia que não aninho, de louvar-se a si mesmo um tal espírito, abandono a questão aos matadores de charadas e aproximo a lancêta, que é a lógica, do furúnculo, que é a controvérsia.

Convidando-me para colaborar n'A Imprensa, escreveu, motivando o honroso chamado, o seu redator-chefe, estas palavras, que se reeditaram ontem.

"Pela sua franqueza, pela sua coragem, pela sua virilidade, pelo seu patriotismo, a atitude assumida pelo brilhante deputado sergipano, revelaram nele uma dessas individualidades quase providenciais, para a iniciativa, das reações salutares, nas épocas de covardia e insensibilidade moral. Quando a generalidade dos homens condescende com a corrupção, e foge das boas causas abandonadas, as de nós, se não fôsem essas raras almas, como a dêle, com a intrepidez para arrostarem tôdas as responsabilidades da verdade".

Não decorrera um mês, o mesmo jornal, analisando a retirada que tive, o público conhece e a nação julgará, escreveu:

"Neste fato, pois, sem exemplo nos anais da imprensa, temos as circunstâncias de uma dolorosa surpresa, associadas às de uma alucinação, cujo caso assombrou ontem esta cidade".

Vejamos se poderia descortinar, em meu ato, uma surpresa, e uma surpresa odiosa, quem abrirá no jornalismo, a tribuna, que, com encerramento da câmara, se fechára, à individualidade providencial que iniciara uma reação salutar, nesta época de covardia e insensibilidade moral. Indaguemos se o meu procedimento foi obra "de uma alucinação" ou, ao contrário, mais uma manifestação da alma rara que ar-

rasta com intrepidez todas as responsabilidades da verdade, quando a generalidade dos homens condescende com a corrupção e foge das boas causas abandonadas. Verifiquemos.

Se eu, no caso em debate, demonstrar, documentando-o, que A Imprensa fugira de uma boa causa, abandonando-a depois de ampará-la, mal sinando-a após defendê-la; se eu comprovar que me retirei do seu seio porque a apoi, tenho no mesmo lance, comprovado e demonstrado: - que A Imprensa se ressentia da covardia e insensibilidade moral da época, diagnosticada pelo seu diretor; que, procedendo como procedi, fui lógico e não alucinado, continuei apenas a série das reações salutares contra os covardes e insensíveis; tenho demonstrado e comprovado que A Imprensa, como a generalidade dos homens, na afirmação do seu chefe, condescende com a corrupção; e que voltando-lhe as costas, como o fiz, arrotei com intrepidez todas as responsabilidades da verdade e sou pela minha franqueza, pela minha coragem, pela minha virilidade, pelo meu patriotismo, a individualidade quase providencial, que o eminente jurisconsulto e genial jornalista, guiado pelas minhas idéias, meus sentimentos e meus atos, benévolo e generoso, em mim descobriu.

A lógica, creio, é irrecusável. Meçamos por ela os fatos.

Em seguimento ao raciocínio com que, dentro dos termos do convite que se me dirigiu, se procurou precisar e distinguir a minha e a entidade d'A Imprensa, dís o editorial que se atribuiria ao Sr. Rui Barbosa, se não fossem as razões expeditas: - "Colaborador independente, o Sr. Fausto Cardoso tinha o uso, que lhe facultámos, das nossas colunas. Nenhuma, porém, lhe foi cedida como sua. Sobre todas elas estava manifestamente ressalvada a nossa autoridade. Dela nos servimos para dar, como damos, a nossa opinião, no editorial de ante-ontem, sobre um assunto, em que S. Ex. não nos consultara para exprimir a sua".

Vamos por partes. O assunto sobre o qual, nós, e A Imprensa, emitimos na mesma coluna, consecutivamente, opiniões opostas, foi a recente reforma de ensino superior.

Qual a opinião que exprimira o colaborador? Qual a que enunciara a redação?

Eu publicára um protesto dos alunos da Escola de Farmácia de Ouro Preto, e, no dia imediato, no artigo - "Bendito Orgulho", - apoiá

ra o protesto, e condenara a reforma.

A redação verberara aquê, defendera esta, negára aos estudantes o direito de reunião, a faculdade de protestar, sustentara ao governo o direito de impor-lhes, à vontade, as condições do ensino, aconselhando-lhe resistência.

Aquela foi a opinião que, sem consultar A Imprensa, proferi; esta, a que a redação, em minha ausência, e, em minha coluna, anunciá ra.

Mas, abram as orças, foi sempre êste o pensar e sentir dela?

Não. Esta maneira de julgar lhe veio de fóra para dentro, não saiu de dentro para fóra.

A que ela pensara, sentira e exteriorisara, inscrevera-se a 13 de fevereiro, e opina, como entendi a 12 do mesmo mês e como ela deixa ra de compreender a 1º de março - quinze dias depois!

Tenham paciência. E' edificante. Lelam.

"Nosso colega O País, interessado em respigar na vasta seára que todos os dias nos oferece a vida social, entrou por um dos assuntos que ia escapando à observação - não dizemos à crítica - do público le - dor, e dos leitores que traduzem para o público, em vulgata, as passa - gens rápidas, quase passes de prestidigitação, com que as sumidades go vernamentais entendem de intrometer na regulamentação de serviços as suas idéias pessoais ou idéias alheias, solicitadas ou apadrinhadas, para o fim de realizar esta grande coisa que se chama - uma reforma.

O País despertou a atenção das classes superiores para a recente reforma relativa às faculdades de medicina e ao ensino médico, e teve a fortuna de aplicar o dedo exatamente ao ponto em que só manifestou a ferida.

Disse, e com abundância de razão, que aquilo que foi decretado não está direito, que é preciso rever o regulamento e que se torna imprescindível opor um protesto - platônico, mas em todo caso um protesto - contra mais essa reforma, espécie de moléstia periódica, que fatalmente afeta o organismo governamental na sua parte consagrada à ins trução, elemental, secundária ou superior. Saiu-me a campo A Notícia, com um comunicado de anônimo, que com duas penas supôs ter esmagado

todo o justo dizer d'O País. E a discussão está travada e vemos bem que para felicidade daqueles que têm menos do que o interêsse na solução do caso, o prazer de assistir às justas dessa natureza.

Não vamos por agora, intervir na contenda.

Apenas poremos em evidência desde já, para reforçar o argumento d'O País, que a supressão da cadeira de patologia geral nas faculdades de medicina, não se compreende bem porque foi aconselhada ao au tor da reforma, a não ser pela pruridade de fazer reforma.

Aos que, estudarem medicina com o intuito de saber medicina, afigurou-se sempre que a cadeira de patologia era para os estudantes das faculdades uma coisa assim como a carta de a b c para os meninos que pela primeira vez entravam na aula de instrução primária. Os que beberam lições proferidas por Dias da Cruz, até hoje se recordam de que com êle aprenderam a falar de medicina, a saber como traduzir por vocébulos simples idéias gerais, a definir coisas de que não tinham o menor conhecimento. O lente - era Dias da Cruz - preparava o aluno de modo a êle habituar-se a entender os seus professores de patologia es pecial (a médica e a cirúrgica) e a não fazer figura triste perante os lentes de química, pois sabia já os rudimentos, as generalidades, as definições, a tecnologia, de tudo quanto interessa a ciência de que se iam fazer sacerdotes.

Agora, pelo novo regulamento, o moço que se dirigir à sala de clínica ou à aula teórica não sabe o que quer dizer semiótica, come morativos, etiologia, etc. mas em compensação aprendera logo a cu rar o seu doente... E o professor que faça compreender a êsse discí pulo, que não caracteres do a b c, as teorias de Kant ou as complica ções da tábuca de logarítimos! - que tanto vale pretender incutir no espírito de um neófito a idéia de cura de uma moléstia, quando êle não sabe ainda o que é uma moléstia, e como a moléstia se distingue da en feridade.

O País perde o seu tempo, porque a reforma é um fato. E tam bém é impertinente, porque tem a pretensão de querer alterar um hábi to consagrado em nossa vida política e governamental, hábito que vem de tempos passados, regnante monarquia!

Todo o ministro que se preza, ao qual incumbe o departamento

da instrução pública, tem o dever de assinalar a sua passagem pelo poder reformando a instrução pública.

Ora, o Dr. Eptácio Pessoa não tinha ainda feito essa reforma, e mister era fazê-la. E, portanto, não vale a pena esbofar-se o jornalismo indígena em demonstrar que essa reforma atraza, desvirtua, faz retrogradar o ensino médico entre nós. Não há nada disso; trata-se simplesmente de uma reforma, a que o ministro do Interior tinha de fatalmente ligar o seu nome. O outro, que vier, há de fazer outra reforma, e essa não será, não poderá ser peor, estejam seguros disso..."

Ouviram? Ai, malsina-se a reforma, aconselha-se o protesto, fulmina-se o governo, duvida-se do resultado da crítica, lamenta-se o platonismo habitual de nossa grito.

E' A Imprensa de 13 de fevereiro contra a de 1º de março.

Qual é, pois, a opinião a que o autor do primeiro artigo, enchendo a boca, se refere, quando ontem, exclamou que se servira da coluna, que me designaram (sim, que me designaram, que era minha) "para dar, - é textual -, como demos a nossa opinião, no editorial de anteontem, sobre um assunto em que" eu os não consultara para exprimir a minha?

Qual é a opinião d'A Imprensa?

A primeira, garanto: registraram-na espontaneamente e a suspenderam por ordem; a segunda, ditou-a um sentimento mixto de paixeza, adulação, intriga, má fé e, provavelmente, interesse.

Agora, digam-me: deu ou não A Imprensa, contradizendo-se em questão de tanta magnitude, mostras de covardia e insensibilidade moral, que ela própria percebe na época? Fugindo e abandonando a boa causa, condescendeu ou não com a corrupção com que, no seu justo dizer, condescende a generalidade dos homens?

Reagido e arrostando com as responsabilidades da verdade, respondi ou não, ao elevadíssimo conceito que de mim fizera e proclamara o seu illustre diretor, ao dirigir-me o honroso convite, a que illudido, atendi?

Mas quem registrou a primeira opinião? Quem a mandou suspen-

der? Quem formulou a segunda? Por que e para que a publicaram? Só a ditaram a má fé, a intriga, a adulação, a baixeza, ou também o interesse?

Di-lo-ei amanhã.

Fausto Cardoso.